

RECURSO CONTRA A INABILITAÇÃO

Caxias do Sul, 18 de abril de 2017.

Ilmo. Sro Pregoeiro
Comissão de Licitações
Prefeitura Municipal de Vacaria

Nossa empresa foi inabilitada na Licitação modalidade Tomada de Preços nº02/2017 por ter enviado Atestado de Capacidade Técnica com as devidas informações solicitadas, números das notas fiscais e empenhos correspondentes, a mesma foi aceita para o cadastro de fornecedor.

A exigência do Atestado de Capacidade Técnica solicitada pela Prefeitura é uma exigência ilegal, pois no Artigo 30 da Lei 8666/93 não exige a apresentação de cópia de empenhos e Notas Fiscais, uma vez que o atestado segue assinado por responsável público que reconhece a qualidade dos produtos e a conformidade do fornecimento quanto aos empenhos e Notas Fiscais referenciadas.

Tal fato não é motivo de inabilitação, na qual ocasião haviam 4 empresas participantes e apenas uma delas foi habilitada, sendo que a mesma tem sede no município de Vacaria, para tanto acabou impedindo que o município tivesse a oportunidade de melhores preços ofertados, indo de forma totalmente contrária ao que busca os processos licitatórios, além de ser uma formalidade excessiva e desnecessária.

Ref.: TOMADA DE PREÇOS Nº02/1017

A empresa Florian & Cia Ltda, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº05.609101/0001.88, com sede na Rua Amábile Cesar Vial, 142 Bairro Jardim Eldorado, Caxias do Sul/RS, Fone: (54)3025-5481, por seu representante legal infra assinado, Marcelo André Florian RG8055016102 tempestivamente, vem, com fulcro na alínea " a ", do Artigo 43 da Lei nº 8666 / 93, à presença de Vossa Excelência ou Vossa Senhoria), a fim de interpor

RECURSO ADMINISTRATIVO,

Contra a decisão dessa digna Comissão de Licitação que inabilitou a recorrente, o que faz declinando os motivos de seu inconformismo no articulado a seguir.

I – DOS FATOS SUBJACENTES

Atendendo à convocação dessa Instituição para o certame licitacional supramencionado, a recorrente veio dele a participar com outras licitantes, com a máxima estrita observância das exigências editalícias. No entanto, a comissão de Licitações julgou a empresa FLORIAN & CIA LTDA, inabilitada sob a alegação de que a mesma apresentou o ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA apenas com a menção aos números das Notas de Empenho e não apresentando as referidas cópias conforme exigido no instrumento convocatório, assim teria desatendido o disposto na primeira fase do edital. Ocorre que, essa decisão não se mostra coerente com as normas legais aplicáveis à espécie, como adiante ficará demonstrado.

II – DAS RAZÕES DA REFORMA

A decisão sob comento, merece ser reformada, porque:

A Comissão de Licitações considerou a recorrente inabilitada sob o argumento acima enunciado, incorreu na prática de ato manifestadamente ilegal.

Vejamos:

Conforme Item 4.12 do Edital, tido como violado a licitante deveria juntar documento de:

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA e com cópia de Notas Fiscais e Notas de Empenho (no qual contava os números das mesmas). Tal documento não é obrigatório, pois não consta na lei tal exigência. Daí a correta exigência do dispositivo de modo algum traduz obrigatoriedade de a licitante comprovar conforme Artigo 30 da lei 8666/93, verbera:

Hely Lope Meirelles, pai do Direito Administrativo Brasileiro leciona que “ Na administração Pública, não há liberdade nem vontade pessoal.

Enquanto, na Administração Pessoal é lícito fazer tudo o que a lei não proíbe. Na Administração Pública só é permitido fazer aquilo que a lei autoriza. (grifado nosso)

Veja decisão do Tribunal da Justiça quanto ao assunto:

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO. ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA. EXIGÊNCIA DE APRESENTAÇÃO DE NOTAS FISCAIS. ILEGALIDADE ORDEM CONCEDIDA PARA ANULAR AS SANÇÕES IMPOSTAS E IMPEDIR A SUSPENSÃO DO CREDENCIAMENTO DA IMPETRANTE DO SISTEMA DE CADASTRAMENTO DE FORNECEDORES.

Não é lícito a Administração Pública fazer exigências que a lei não faz (artigo 30, II da lei nº8.666/93). Sendo assim, a vinculação de comprovação da capacidade técnica por meio de apresentação das respectivas notas fiscais traduz-se ilegal e desarrazoada, violando direito líquido e certo do impetrante. (TJAC Tribunal Pleno, MS nº5011276320108010000/AC, rel. Juiz Arquilau de Castro Melo, de 13/04/2011).

Em recente decisão a Corte de Contas da União manifestou-se:

É indevida a exigência de que atestados de qualificação técnica sejam acompanhados de cópias das respectivas notas fiscais, visto não estarem estes últimos documentos entre os relacionados no rol exaustivo do art. 30 da lei 8.666/1993.

Representação de empresa acusou possíveis irregularidades na condução do Pregão Eletrônico 280/2012, promovido pelo Instituto Nacional do Câncer (INCA), destinado à contratação de solução de storage. Três empresas participaram do certame, sendo que a classificada em primeiro lugar veio a ser inabilitada. Entre os motivos que justificaram essa decisão, detaque-se a apresentação por essa empresa de atestado técnicos desacompanhados das notas fiscais, exigência essa que constara no respectivo edital. A respeito de tal questão, o relator anotou que "a jurisprudência do Tribunal é firme no sentido de que o art. 30 da Lei 8.666/1993, ao utilizar a expressão "limitar-se-a", elenca de forma exaustiva todos os documentos que podem ser exigidos para habilitar tecnicamente um licitante (v.g. Decisão 739/2001-Plenário; Acórdão 597/2007-Plenário). Ressaltou, ainda, que "nenhuma dúvida ou ressalva foi suscitada, pela equipe que conduziu o certame, quanto à idoneidade ou à fidedignidade dos atestados apresentados pela empresa". E, mesmo que houvesse dúvidas a esse respeito, "de pouca ou nenhuma utilidade teriam as respectivas notas fiscais". Em tal hipótese, seria cabível a realização de diligências para esclarecer ou complementar a instrução, consoante autoriza do § 3º do art. 43 da Lei 8.666/1993. O Tribunal, então, ao acolher proposta do

relator e por considerar insubsistente esse o outro motivo invocados para justificar a mencionada inabilitação, decidiu: a) determinar ao Inca que torne sem efeito a inabilitação da detentora da melhor oferta na fase de lances, "anulando todos os atos subsequentes e retomando, a partir desse ponto, o andamento regular do certame", b) dar ciência ao Inca de que a exigência de apresentação de atestados de comprovação de capacidade técnica "acompanhados de cópias das respectivas notas fiscais, afronta o disposto no art. 30 da Lei 8.666/1993", Acórdão 944/2013-Plenário, TC 003.795/2013-6, relator Ministro Benjamin Zymler, 17.2013.

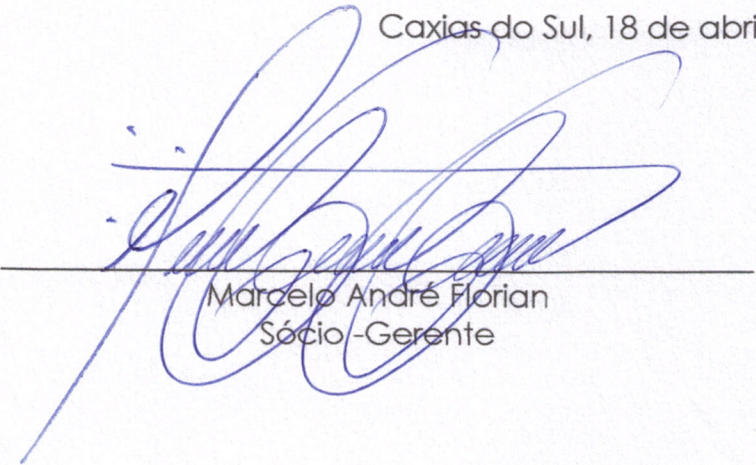
III – DO PEDIDO

Em face do exposto, requer-se que seja julgado provido o presente recurso, com efeito para que, reconhecendo-se a ilegalidade da decisão hostilizada, como de rigor, admita-se a participação da recorrente na fase seguinte da licitação, já que habilitada a tanto a mesma está.

Ainda em tempo, lastreada nas razões recursais, requer-se que essa Comissão de Licitação reconsidere sua decisão e, na hipótese não esperada disso não ocorrer, faz-se, devidamente informados, à autoridade superior, em conformidade com o art. 30 da lei nº8.666/93.

Nestes Termos
P. Deferimento

Caxias do Sul, 18 de abril de 2017.



Marcelo André Florian
Sócio-Gerente